



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

DORIANA MARTINHA VINEVALE

**MULHERES ANGOLANAS, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS:
UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS
AFRICANA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DORIANA MARTINHA VINEVALE

**MULHERES ANGOLANAS, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS:
UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS
AFRICANA**

Trabalho de conclusão do curso, modalidade projeto de pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades Letras, Campus dos Malês, da UNILAB como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Rutte Tavares Cardosos Andrade

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

DORIANA MARTINHA VINEVALE

**MULHERES ANGOLANAS, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICAS:
UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS
AFRICANA**

Banca examinadora:

Doutora Rutte Tavares Cardosos Andrade (Professora Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB

Doutora Rosalina Tavares Semedo (Professora Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

Doutor Ercílio Langa Brandão (Professor Examinador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS.....	7
3 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA.....	8
4 METODOLOGIA.....	11
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
5.1 POLÍTICA.....	14
5.2 GÊNERO EPISTEMOLOGIAS <i>AFRICANA</i>	15
5.3 ORGANIZAÇÕES E ASSOCIAÇÕES.....	16
6 HIPÓTESE.....	17
7 CRONOGRAMA.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

1. INTRODUÇÃO

O trabalho analisa a participação da mulher Angolana na política, tendo como objetivo principal investigar como se dá o nível de participação das mulheres na política do país do ano de 2002 a 2020. Neste movimento *sankofa*, termo proveniente da língua twi ou axante, sendo composta pelos termos san, que é “retornar; para retornar”, ko, que significa “ir”, e fa, que quer dizer “buscar; procurar”. Pode ser traduzida como “Volte e pegue” Ela surgiu com o provérbio ganês “Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi”, que significa “Não é tabu voltar para trás e recuperar o que você esqueceu perdeu”.

A vivência das mulheres no passado, serve como exemplo de protagonismo, que consolidou todo um processo histórico milenar de lugar de destaque das mulheres nos espaços políticos, que transcendem a dimensão doméstica e familiar.

A pouca participação das mulheres angolanas na política pós paz, tem sido um tema muito escolhido nas pesquisas e nos debates. Hoje em dia, com mais movimentos que defendem a luta por igualdade de gênero, existem um maior entendimento sobre a importância da valorização da mulher no ramo política, naquele espaço onde o matriarcado já foi fixo.

O trabalho fala sobre a história da mulher angolana na política, o poder de autoridade que as mulheres tinham antigamente no continente africano. Com foco na atualidade também que é o período que o meu tema propõe, analisar a desigualdade de gênero, os desafios, oportunidades que elas enfrentam, vai ajudar a compreender como a desigualdade de gênero se tornou forte no contexto Africano e Angolano.

A representatividade feminina na esfera política, não tem a ver com competição, mas sim mostrar que, a exclusão da mulher tem sido um problema histórico e cultural no continente Africano em particular na sociedade Angolana, e observar se os debates sobre questões de gênero possibilitam mudanças posteriores. Entender também que a subordinação das mulheres africanas veio através de ideologias do ocidente, e que o sistema patriarcado não era tão forte como dizem no continente:

As origens matriarcais da sociedade são atenuadas pela transformação e mudança paulatina para o patriarcado africano com base em fatores externos,

assinalados, por exemplo, pela penetração do Islamismo e do Cristianismo e pela presença temporária da Europa (colonialismo) em África. O africano islamizado é automaticamente dominado pelo regime patriarcal, sobretudo no que concerne à herança dos bens; o mesmo sucede com os cristãos, protestantes ou católicos, em que o domínio do homem é imposto. Outro elemento exógeno na configuração ou formatação de novos regimes de filiação foi a legislação colonial que tendia a atribuir um estatuto da herança por via patrilinear (DIOP. 2014, P.112).

Importante descrever a história do passado para melhor compreensão do continente Africano, para além das mulheres que governaram, tornando-se referência mundial de poder feminino, buscamos neste texto refletir sobre o matriarcado na África, entendido como regime caracterizado pela “colaboração e o desenvolvimento pleno e harmonioso entre os dois sexos, apresentando uma certa preponderância da mulher na sociedade, devida às condições econômicas de origem, que de todas as maneiras, é aceita e inclusive defendida pelos homens” (DIOP. 2014, p.334).

Algumas legislações, o islã, cristianismo, e Europeus foram fatores predominante para que o patriarcado se tornasse forte. Isso explica a opressão e exclusão social e política da mulher hoje sobre violências de gênero e dos direitos das mesmas no espaço africano hoje em dia.

O patriarcado pode ser entendido como um “sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres...” (Cobo apud Vergo, 2014, p. 36). O patriarcado traduz-se numa “relação de poder entre homens e mulheres, pela qual os homens controlam, usam, subjagam e oprimem as mulheres” (Maia, 2002, p. 283).

Mostra a história do continente Africano, que houveram mulheres africanas que sempre governaram, administravam, lutaram, geraram vidas e pertenciam a um estado. O Exemplo mais conhecido é Rainha Njinga Mbandi, governou o reino do Ndongo e da Matamba (Angola) depois a morte de seu irmão, filha de Ngola Mbande Kiluanji, lutou contra os portugueses, guerreira e dirigiu as operações militares, se tornou numa líder por impor sua autoridade aos chefes locais, e foi uma Rainha importante na política e diplomacia uma vez que era uma ótima negociante. No

entanto começamos a ver que no continente africano tínhamos mulheres no poder e na tomada decisões.

Temos vários outros exemplos como: Kimpa Vita que foi uma grande líder do Reino do Congo, Irene Conhen, Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim. Essas mulheres, são mulheres que no passado a história mostra que participaram ativamente na política. Trazer essas mulheres é importante, para o entendimento do passado político Angolano das mesmas, que vai contribuir para responder a minha problematização.

Os interesses das Mulheres em Angola não são apenas a luta pelo poder, são frequentemente, diversos, e dependem do próprio interesse individual e de fatores tais como a classe, a religião, experiência, racismo, etc. As mulheres no parlamento, e em posições de tomada de decisão política, são amplamente vistas como um instrumento para a obtenção de uma maior integração dos gêneros dentro do respectivo país, e mais igualdade do género ainda tem sido uma grande luta para as mulheres

No entanto fazer uma análise crítica sobre todas as situações de opressões gênero na sociedade, pois a crítica, além de excelente produtora de conhecimento é uma das grandes possibilidades para que mudanças venham acontecer. Importante estudo sobre as mulheres na sociedade, conectado a ação do homem na formação e organização social, por uma visão mais ampla, para que a partir daí, consigam participar das mais variadas formas da criação de um futuro sustentável, igualitário.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

1- Analisar os fatores que condicionam a pouca participação das mulheres na política em Angola no período de 2002 á 2020

Objetivo específicos

1-Identificar o número de mulheres angolanas ativas na política;

2-Discutir a falta de oportunidade das mulheres angolanas, precisamente na política;

3-Problematizar os elementos sobre a questão de gênero e desigualdade em Angola;

4-Explicar os processos históricos (neo) coloniais e seus impactos na resistência das mulheres angolanas no acesso e permanência nas instâncias do poder;

3. JUSTIFICATIVA E PROBLEMATIZAÇÃO

As mulheres têm sido subordinadas em vários aspectos da vida social, política, económica e cultural. No contexto Africano, de concreto Angolano, a história mostra o contrário, as mulheres sempre participaram em vários aspetos, sempre estiveram perto de seus maridos, e vice-versa, sempre tiveram opiniões próprias, sempre eram valorizadas por serem geradoras de vida, e provedoras da família. Jimí Adésínà, em sua análise sobre a obra de Oyewumi:

As mulheres controlavam os mercados e o comércio de longa distância na sociedade yorubá pré-colonial. Sua presença também podia ser observada em cargos políticos de diferentes níveis (OLIVEIRA, 2018, P.16).

Os homens eram gestores, provedores do sustento da família. Porém, no contexto angolano, verificou-se que antigamente, tanto os homens quanto as mulheres estavam na frente, sempre dividindo funções com o seu marido, se profundas mudanças destes papéis, tradicionalmente, atribuídos às mulheres e homens dentro das famílias. Em muitos casos, as mulheres assumem a responsabilidade do sustento das famílias, quer por conta de situações de pobreza e carência, que as impulsiona a trabalhar fora de casa para aumentar a renda familiar, ou ainda por conta da sua emancipação e crescente presença no mercado de trabalho formal (Carvalho, 2002, p. 107-117).

A pesar da história provar o contrário, as mulheres experimentam uma fraca e desigual participação no exercício da cidadania por pertencerem a classe social desfavorecida e estarem inseridas num contexto social que não estimula a igualdade social e a participação. Por outro lado, elas são marginalizadas e excluídas pelo facto

de serem mulheres, ou seja, sofrem uma opressão decorrente do patriarcado hoje em dia.

É preciso compreender o porquê da pouca participação de mulheres angolanas na política hoje em dia, mesmo historicamente tendo mulheres que estavam de frente com os homens. A universidade foi me ensinando a desconstruir essa hegemonia por parte do ocidente com África, enfatizando que a organização do continente Africano era pela matricentricidade e na matrilinearidade como forma de manter a sua cultura. Surge a importância de falar mais sobre o tema, para contribuir então na pesquisa acadêmica e política de Angola.

A organização e funcionamento sociedades segundo lógicas capitalistas, sexistas e patriarcais contribuem ativamente para a subalternização das mulheres (Grossi, Amaral, 2003). Em muitos contextos, elas enfrentam a chamada “dupla opressão” (Grossi, 1998, pp.2-3): de classe e de gênero.

Em Angola, os processos que caracterizam o cenário da cidadania e participação das mulheres não diferem muito daqueles que caracterizam, de modo geral, África e o mundo. A cidadania e participação das mulheres enfrenta ainda inúmeros constrangimentos, muitos dos quais decorrentes do percurso histórico do país.

Existem mulheres lutando por igualdade de gênero, e que por sinal ainda em pouca quantidade, Âurea Mouzinho, Cecília Kitombe, Delma Monteiro, Florita Telo, Luzolo Feliz, Nininha Cunha, Sizaltina Cutaia e Xano Maria, feministas angolanas que muito contribuem na luta de emancipação na perspectiva política e social. Apesar do esforço dessas feministas ainda é distante a justiça a igualdade de gênero, me questiono desde sempre, o porquê de um gênero condicionar a posição social da pessoa, e como uma pessoa fala de África sem conhecer, conviver, com a cultura? Por qual razão, devemos associar a cultura europeia como o padrão de vida para os Africanos, se em África temos as nossas crenças, costumes e nossos conhecimentos?

São questões feitas na compreensão de como segregação racial e a discriminação, essa hegemonia dos europeus, destroem as histórias africanas, a

cultura, as construções epistemológicas, quando são faladas se baseando nos seus contextos e vivência.

Sem fugir da realidade africana, o projeto enfatiza a valorização da Mulher em todos aspectos da vida política, social, na justiça pela igualdade de gênero, no respeito e potencialização de mulheres africanas. É uma abordagem feminina para mulheres angolanas no continente Africano, desse modo, dou espaço ao feminino Africano. Numa perspectiva de igualdade de direitos, de saída de uma hierarquia machista, em torno de Angola.

Os exemplos etnográficos produzidos entre os Iorubás apresentados por Oyèwùmí (2004) desafiam o discurso feminista ocidental e universal de gênero, ao demonstrar que as categorias sociais africanas são fluídas e não se encaixam nas teorias hegemônicas. Os mesmos servem de base da sua tese segundo a qual, “análises e interpretações de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos” (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 10).

O conceito de gênero é fruto da modernidade, que tem como característica marcante a expansão Europeia e o estabelecimento da hegemonia cultural euroamericana em todo o mundo, observando que “em nenhum lugar é mais profunda que na produção do conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas”. Portanto, como resultado da mesma “os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana” (idem), tendo como um dos seus efeitos o etnocentrismo e a racialização do conhecimento (Oyèwùmí, 2004, p.1).

Sendo que, um dos maiores problemas em Angola atualmente está relacionado com questões de desigualdade de gênero, e a mulher considerada tradicionalmente inferior e submissa ao homem. Essa mesma desigualdade e discriminação que muitas das vezes tem sido encarado como algo cultural e que tem passado até hoje, colocando a mulher em um espaço invisível e impossibilitada de realizar certas tarefas e ocupar cargos de grande relevância na sociedade.

Trago aqui a minha problematização. Quais os fatores e as circunstâncias que tem condicionado a participação das mulheres Angolanas nas instâncias de poder, na contemporaneidade? Esta questão demanda ações a estratégias acadêmicas e políticas possíveis de encontrar alternativas que contribua para minimizar o decorrente ato de violência em termos de oportunidades políticas e econômicas no país contra as mulheres.

4. METODOLOGIA

Para a elaboração do projeto utilizarei o método qualitativo de caráter descritivo, pesquisas em documentos já publicados, e a pesquisa documental para coleta de dados, entrevistas em grupos focais.

Gil (p.50, 2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Porém, as fontes bibliográficas que me interessam são artigos ou livros produzidos com tema de diplomacia, mulheres africanas, angolanas, igualdade de gênero em Angola.

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Para aprofundar mais a pesquisa, vou procurar artigos que dialogam com o tema, farei entrevistas por ser um método de aproximação com as entrevistadas que têm experiência como mulheres angolanas, aqui em São Francisco do Conde, entrevistarei mulheres em Angola por via de plataformas digitais, celulares, me ajudarão muito nessa pesquisa acadêmica, respondendo algumas questões sobre igualdade de gênero, as oportunidades no espaço Angolano.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Em África, várias organizações de mulheres fortes que se engajam na luta pela advocacia dos direitos das mulheres e que pressionam os órgãos de decisão para a adoção legal de políticas e programas a favor da igualdade do gênero (ANDRÉ, 2018).

Em Angola, o exercício da participação ativa da cidadania é um fenómeno recente e em desenvolvimento (Pereira, 2008), marcado por desigualdades de participação entre os diferentes atores sociais, pois estes não possuem igualdade de condições e de oportunidades para participar e exercer plenamente a cidadania. As desigualdades de condições e de oportunidades, entre mulheres e homens, têm sido reforçadas pela questão do género. Mulheres e homens têm acesso diferenciado aos recursos disponíveis. Estes últimos gozam de maiores privilégios e, portanto, exercem de forma mais ampla a cidadania (ABREU, 2016).

Importa salientar que, as mulheres têm tido a maior participação política no âmbito da sociedade civil nos diversos movimentos sociais 8, inclusive os movimentos criados pelas mulheres voltados para defesa dos direitos da família, combate ao racismo, de defesa dos direitos sexuais, de direitos humanos das mesmas.

Conforme constata Zangue (2012), no âmbito da representação mais ampla, isto é, nos espaços de poder como no Legislativo, Executivo e Judiciário ainda enfrentam grandes adversidades e a sua participação é muito reduzida na vida.

O processo de inclusão das mulheres angolanas na política, em condições de justiça e igualdade se desdobra pela ampliação da participação feminina em todos os sectores e áreas profissionais, visto que ainda hoje, se constata a reduzida participação feminina em áreas e sectores profissionais tidos como exclusivo para homens.

Apesar do Estado angolano ser signatário da Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres - CEDIW , e da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento (ambos os documentos defendendo a participação da mulher no mercado de trabalho de forma a garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo de tomada de decisão a todos os níveis), a participação da mulher não é uma prioridade, sendo que tal facto pode ser

constatado tanto a nível do governo central como a nível do governo local. (SADC, 2013).

a) A nível do governo central: Em 2000, de entre os 29 Ministros de Estado, as mulheres eram titulares de 3 pastas e dos 45 Vice-ministros, apenas 5 eram mulheres.

b) A nível do governo local: Em 2002, dentre os 18 governadores de províncias e os 37 vice-governadores, não havia nenhuma mulher. Entre os 161 administradores municipais, apenas 3 eram mulheres e entre os 352 administradores comunais, apenas 5 eram mulheres. Na administração Pública, em 1998, os homens ocupavam cerca de 60% dos empregos e 66% dos cargos profissionais (técnicos, médios e superiores). No poder judiciário as mulheres ocupavam apenas 13,3% dos cargos. Na carreira diplomática o cenário não era diferente, dos 78 embaixadores apenas 6 eram mulheres, dos 56 ministros conselheiros apenas 12 eram mulheres e dos 12 cônsules, 2 eram mulheres, de 220 deputados, apenas 36 eram mulheres. (INE, 2014).

Os fatores sociais económicos relacionados com a guerra-civil e com a instabilidade económica, influenciou no problema do deficit educacional. O Sistema de educação em Angola apresenta um índice de desempenho dos mais baixos do mundo e da África. As mulheres foram especialmente afetadas pelas deficiências do sistema educacional angolano. As raparigas que frequentam a escola enfrentam outros tipos de problemas relacionados a igualdade de gênero, oportunidades, a necessidade de conjugar as tarefas escolares com as tarefas domésticas, e a necessidade de contribuir com o sustento da família. Como consequência destes fatores, a taxa de desistência e das raparigas é muito elevada. Fatores que contribuem para um baixo índice de participação de mulheres angolanas na política.

As mulheres têm dado um grande contributo para o desenvolvimento da sociedade civil em Angola, as organizações de mulheres têm trabalhado para a criação de um processo de dinâmica social que contribui para o despertar da consciência pública para as questões da paz e da participação, para os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade angolana e para a inclusão da mulher no mercado de trabalho em condições de justiça e igualdade.

Programas de sensibilização para a necessidade participação política e social (como os desenvolvidos pelas Mulheres, Paz e Desenvolvimento – MPD), programas

de apoio ao empreendedorismo (por meio Federação de Mulheres Empresárias de Angola – FMEA), ações de formação (desenvolvidas principalmente por organizações político partidárias como a OMA e a Liga da Mulher Angolana – LIMA), além do trabalho realizado pela Rede Mulher. Têm sido movimentos que contribuem para o desenvolvimento e capacitação da mulher

5.1 POLÍTICA

MPLA criou um projeto de governo, dos quais, 12 chefiados por mulheres é muito interessante ver que houve aumento na representação feminina no aparelho governativo. Apesar de ter havido aumento de ministérios chefiados por mulheres, ainda tem se notado a ausência de governadoras, um retrocesso na luta pela igualdade de género relativamente a representação da política das mulheres nos espaços de decisão.

Acreditamos que, discutir o papel da mulher no espaço público em Angola pode significar o início de uma grande revolução porque resulta em romper com os mitos que mantem à divisão de trabalho existente entre homens e mulheres, que os levou a assumirem posições desiguais em termos de poder, prestígios e riqueza. Logo, mesmo diante dos progressos das mulheres em países de todo no mundo, a discriminação baseada no género contribui e serve de base para as desigualdades sociais. Segundo escreveu (Santana, 2017, p. 55).

André (2018) ressalta que, Angola tem registado avanços se comparado com os anos anteriores – esse tem sido o período que mais teve uma grande participação das mulheres em ministeriais, mas ainda se tem propostas claras quanto ao combate à discriminação e à violência baseada no género.

Nos tempos atuais falar de mulher ainda é falar de separação social, incoerentemente fatores como a globalização e os reajustes organizados têm dado suporte, não apenas para acabar com a forças que têm as sociedades em agirem por elas mesmas, para seu próprio benefício, acima de tudo para ressaltar tanto a feminização da situação precária, da pobreza, com resultados tão inesperados, como a falta de cidadania, a falta de sucesso escolar, o desemprego, a prostituição e a decomposição social das famílias entre outras (VALENTE, 2001).

A DW África analisa a presença feminina nos parlamentos e na vida política dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Segundo eles a maior presença das mulheres em Angola na Assembleia Nacional verificou-se em 2009, quando o país alcançou os 38.6%. A sua menor representatividade deu-se em 1980, quando apenas 8,3% de mulheres eram deputadas. Em 2019 subiu para 30,0%.

Importa ressaltar que houve alguns avanços, a luta das mulheres em Angola resultou na nomeação de uma mulher como vice-presidente da Assembleia Nacional, mulheres nos ministérios e secretarias de Estado, governadoras provinciais em duas províncias de grande peso, mas ainda está longe de representar uma equidade social de gênero no país.

Todos estes exemplos das mulheres angolanas têm vindo a influenciar decisões a nível local, nacional, regional e global, porque “nunca devemos esquecer que em África se educar uma menina, educas uma comunidade, educar uma nação”, sublinhou a secretária geral da Organização da Mulher Angolana. Em África, várias organizações de mulheres fortes que se engajam na luta pela advocacia dos direitos das mulheres e que pressionam os órgãos de decisão para a adoção legal de políticas e programas a favor da igualdade do gênero (ANDRÉ, 2018).

5.2 Gênero e epistemologias africanas

Falar de gênero em Angola tem sido um tema que ganhou espaço para discussões constantes, cada vez mais leis são criadas, movimentos, e conscientizações das pessoas em prol da liberdade de escolha de cada um, favor aos direitos das mulheres. O gênero é uma apropriação cultural das diferenças sexuais, isto é, “uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Scott, 1996, p. 7) e como tal varia em função da sociedade, da cultura e do contexto histórico.

O contexto histórico e cultura é importante para os debates sobre gênero, pois essa questão afeta as relações sociais e dinâmica das mesmas. As abordagens sobre lugar do "gênero" em realidades africanas devem necessariamente levantar questões sobre conceitos vigentes e abordagens teóricas. Hoje, estudiosas feministas Africanas a citar algumas: Patricia Mc Fadden, Sylvia Tamale, Chimamanda Ngozi Adichie,

Amina Mama, são a mais importante circunscrição com foco em gênero e a fonte de muito conhecimento sobre as mulheres e hierarquias de gênero.

Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções. Assim, embora a nossa busca por entender não possa ignorar o papel das feministas ocidentais, devemos questionar a identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos. “ (OYĚWÙMÍ,2004, p.2). De acordo com esta abordagem "sociologia do conhecimento",

O gênero enquanto presente neste projeto pode ajudar a explicitar às diferenças que são produzidas socialmente e, mediante o processo de construção de gênero, a sociedade apropriasse de ideias sobre o que é ser homem e ser mulher assim como o que é próprio de cada sexo, ou seja, faz a previa divisão de papéis.

5.3 Organizações e associações

O MPLA criou, em 1962, a OMA – Organização da Mulher Angolana – como forma de organizar e coordenar as atividades desempenhadas pelas mulheres nesse movimento. A OMA tinha como objetivo “promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista” (Pereira, 2008, p. 6). No âmbito das suas atividades, além de coordenar as atividades das mulheres dentro do MPLA, cabia a OMA a responsabilidade de interligação “com mulheres que pertenciam a outras organizações de diversos países, envolvidos direta ou indiretamente com a luta anti-colonial” (idem).

A UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola –, por sua vez, criou em 1973 a LIMA – Liga Independente de Mulheres Angolanas – que teve igualmente um papel importante na luta pela libertação e independência nacional.

A OMA e a LIMA ilustram o papel que as organizações de mulheres desempenham na dinamização e ampliação da participação das mulheres na sociedade. Mas não constituem o centro da nossa atenção aqui.

Queremos apresentar o papel central e ativo dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, no debate sobre os problemas que afetam as

mulheres. Apresento aqui a rede da mulher e o Ondjango Feminista, movimentos que tem ajudado muito na luta da emancipação da mulher angolana.

O Ondjango Feminista, é um movimento social recente e constituir-se numa das primeiras experiências, do ponto de vista formal, do feminismo em Angola e, também, pelo contributo que tem dado na conscientização e mobilização de mulheres para o exercício de uma cidadania ativa é importante destacar esse movimento.

A Rede Mulher é um fórum de organizações não-governamentais (organizações comunitárias de base) que defendem interesses de género em Angola. Foi fundada em agosto de 1998, tendo 80 organizações membros, atuando em 12 províncias do país. Reúne diversas organizações da sociedade civil angolana, cujo foco são as “questões de género e ainda outras organizações em que, embora o género não seja a temática dominante, desenvolvem projetos nesta área” (Pereira, 2008, p. 5). Esta organização “estabeleceu-se com a missão de promover oportunidades de igualdade entre homens e mulheres” (idem). A Rede Mulher trabalha as questões de género sob diferentes perspectivas.

6. HIPÓTESE

Partimos da hipótese de que a marginalização da mulher Angolana tem sido um dos motivos para que haja pouca participação da mulher. Verificamos que apesar de existirem leis que velam pelos direitos das mulheres, ainda tem havido desigualdade e discriminação, e isso tem influenciado muito que haja um número baixo de mulheres na política.

A pouca promoção da igualdade de género, a justiça e o desenvolvimento social, através de uma progressiva desnaturalização de todas as formas de desigualdade, discriminação e marginalização, que tendem a inferiorizar as mulheres, tem sido constante. Por isso, precisa-se abandonar os estereótipos de género e sexo que a cultura lhe incute e reivindicar uma mudança e transformação dos espaços público e político a favor das mulheres em Angola.

As medidas políticas e legais, elaboradas e adoptadas para a promoção e desenvolvimento da participação das mulheres nos espaços públicos e políticos,

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cesaltina. **Cidadania no feminino**. In: PANTOJA, Selma; Eduardo A. BERGAMO; Ana Claudia da SILVA (org.). **Angola e as Angolanas: memória, sociedade e cultura**. São Paulo: Intermeios; Brasília: PPGDSCI, FAPDF, 2016, pp. 167-187.
- ANDRÉ, César. **Angola regista avanços na igualdade de género**. 2018.
- CARVALHO, Paulo. Angola. **Quanto tempo falta para o amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social**. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- DIOPI, C. Anta. **A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica**. Angola: Pedago, 2014.
- OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli. **O matriarcado e o lugar social da mulher em África: uma abordagem afrocentrada a partir intelectuais africanos**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 6, Julho – Dezembro de 2018.
- GIL, Carlos, António, Como **elaborar projetos de pesquisa**, 4.ed. São Paulo, 2008.
- GILROY, P. O Atlântico negro. **Modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de género e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, pp. 1-18, 1998.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). **Recenseamento geral da população e habitação**, Luanda – Angola, 2014.
- MACHADO, Adilbênia Freire. **Saberes ancestrais femininos na filosofia africana: poéticas de encantamento para metodologias e currículos afrorreferenciados**. 2019. 268f.al do Ceará.
- MAIA, Rui Leandro. **Dicionário de sociologia**, Porto Editora, 2002.
- Mannheim, Karl (1936). **Ideology or Utopia?** London, Routledge: Kegan and Paul.
- PEREIRA, Aline Afonso. **Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres**. In: **12ª ASSEMBLEIA GERAL. GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO**. Nov-Dec, 2008, Yaoundé. CODESRIA, 2008.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório Africano de Desenvolvimento Humano – Acelerar a igualdade de género e o Empoderamento das Mulheres em África**, 2016.

SADC, SARDC. Monitor do Género da SADC 2013: **Mulheres na Política e Posições de Tomada de Decisão**, Gaborone/Harare, 2012

SANTANA, Anabela Maurício de Santana. **Mulher manteadora/homem chefe de família**:

SCOTT, Joan. **Género: uma categoria útil para a análise histórica**. In: **SOS Corpo: género e cidadania**, 3ª ed. Recife, 1996.

TELO, Florita Cuhanga António. **Autonomia Reprodutiva entre as Nkento Angolanas: narrativas e escolhas**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **The invention of women: making an African sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. **A situação da mulher em Angola**, 2001.

VERGO, Terezinha Maria Woelffel. **Possibilidades de uso das teorias pós-coloniais como referenciais para reflexão das condições de vida das mulheres brasileiras**. Educação e Cidadania, n. 16, pp. 34-43, 2014.